

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Curtas	2
Título: Venda de ativos da Petrobras atrai novos produtores	2
Título: Voltalia investirá R\$ 1 bi em novas usinas no país.....	5
Título: Petrobras e Bolívia fecham acordo para gás	6
Título: Negociando em um mundo em chamas	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Consumidor pode pagar menos por luz fora de pico.....	11
Título: Presidente do Ibama autoriza desmate da mata atlântica.....	12
Título: Não existe isso de ser liberal na economia e intolerante nos costumes.....	14
VEÍCULO: O Globo.....	19
Título: Um gás para Jeanine	19
Título: Legado de Evo Morales é desastroso em obras e nas empresas estatais	19
Título: Meio ambiente teve o pior ano de sua História no Brasil	20
Título: Três perguntas sobre o clima.....	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 30/12/2019**Seção:** Brasil**Autor:****Título:** Curtas

Energia mais barata

Em vigor desde 2018 para grandes consumidores, a tarifa branca de energia será estendida a quase todos os brasileiros em 11º de janeiro, informou a Agência Brasil. A tarifa branca consiste na redução do preço da energia fora do horário de pico, também chamado de horário de ponta e envolve três faixas de valores. Nos dias úteis, a cobrança da energia será dividida em três faixas de horário: o horário de ponta (tarifa vermelha), entre o fim da tarde e o início da noite; a faixa intermediária (amarela), uma hora antes e uma hora depois do horário de ponta, e o horário fora de ponta (verde), com custo mais baixo no restante do dia. Nos fins de semana e nos feriados nacionais, a tarifa de energia sempre será cobrada pelo valor fora de ponta. O modelo começou a ser usado em 2018, para unidades com consumo superior a 500 quilowatts-hora (kWh). A mudança não valerá apenas para unidades residenciais consumidoras da subclasse de baixa renda, atualmente tarifadas em condições vantajosas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 30/12/2019**Seção:** Empresas**Autor:** André Ramalho — Do Rio**Título:** Venda de ativos da Petrobras atrai novos produtores

Ao menos quatro petroleiras aproveitaram as oportunidades de negócios geradas pelo programa de venda de ativos da Petrobras e se preparam para produzir seus primeiros barris de petróleo no Brasil a partir de 2020. Petronas, Karoon, Trident Energy e 3R Petroleum fecharam negócios com a estatal que somam US\$ 2,65 bilhões e vão estreitar como produtoras de no país.

Juntas, as empresas assumirão uma produção média de 107 mil barris diários de óleo equivalente (BOE/dia), segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O volume equivale a cerca de 3% de toda a produção nacional de petróleo e gás natural.

Com a estreia da Karoon, Petronas, Trident Energy e 3R Petroleum o país passa a ter 55 produtoras

Petronas, Karoon, Trident e 3R não são as primeiras petroleiras a se posicionarem como produtoras de óleo e gás no Brasil, por meio do programa de desinvestimentos da Petrobras. A Perenco assumiu, desde outubro, a operação do polo de Pargo, conjunto de campos maduros localizados em águas rasas da costa do Rio de Janeiro. A empresa franco-britânica pagou à estatal brasileira, ao todo, US\$ 398 milhões pelas áreas.

Dentre as novas entrantes, o grande destaque fica por conta da Petronas, da Malásia. A empresa é uma das maiores petroleiras do mundo, com uma produção média de 2,3 milhões de BOE/dia - um pouco abaixo dos volumes produzidos pela Petrobras (2,7 milhões de BOE/dia).

A companhia malaia concluiu na última sexta-feira (27/12) a aquisição e desembolsou US\$ 950 milhões para assumir uma fatia de 50% do campo de Tartaruga Verde e o Módulo III de Espadarte, ambos na Bacia de Campos. O negócio lhe garantirá, de entrada, uma produção de 56 mil BOE/dia, volume suficiente para alçar a empresa ao posto de uma das cinco maiores produtoras estrangeiras de óleo e gás do Brasil, com base nos dados operacionais mais recentes da ANP, de novembro. A operação do ativo segue com a Petrobras.

A aquisição de Tartaruga Verde é mais um passo de um movimento recente de aposta da Petronas no mercado brasileiro. A estatal da Malásia vinha, há anos, mapeando oportunidades de negócios no país e chegou a fechar, em 2013, um acordo com a OGX para comprar 40% do campo de Tubarão Martelo, na Bacia de Campos. Na ocasião, a companhia desistiu da operação depois que a antiga petroleira do empresário Eike Batista entrou em recuperação judicial.

Neste ano, finalmente, a Petronas sacramentou sua estreia no Brasil. Além de Tartaruga Verde, a empresa foi a grande protagonista da 16ª Rodada de concessões da ANP. Ao todo, a empresa pagou R\$ 1,945 bilhão por três blocos na Bacia de Campos, negócio que marca a entrada da petroleira na atividade de exploração de óleo e gás, no Brasil.

Para além da atração de novas empresas, os negócios desencadeados pelo programa de desinvestimentos da Petrobras marcaram também o surgimento de novos formatos de financiamento no mercado brasileiro. A Trident Energy, petroleira independente que conta com recursos do fundo de investimento Warburg Pincus, comprou, por US\$ 851 milhões, os polos de Pampo e Enchova, na Bacia de Campos, utilizando o modelo chamado Reserve Based Lending (RBL) - que consiste na utilização de reservas como garantia para empréstimos bancários, modalidade regulamentada neste ano pela ANP.

Com a aquisição, a Trident assumirá uma produção de cerca de 25 mil BOE/dia, oriunda de campos maduros que produzem desde os anos 1980 e que passarão

por investimentos em revitalização. A companhia já informou ao mercado que identificou “projetos atrativos para aumentar a produção e estender a vida útil dos campos”.

No mercado, a expectativa é que a saída da Petrobras desses campos maduros - que pouco receberam investimentos da estatal nos últimos anos - desencadeie novos projetos de revitalização dessas áreas. Esse é o espírito da 3R Petroleum, empresa brasileira criada com foco na recuperação de campos terrestres e que conta com o suporte financeiro de fundos geridos pela Starboard. A 3R comprou o Polo Macau, que engloba sete campos “onshore” no Rio Grande do Norte, por US\$ 191,1 milhões.

Já a Karoon, petroleira australiana que já fez algumas descobertas na Bacia de Santos, mas que ainda não produz no país, também resolveu aproveitar as oportunidades de negócios do plano de desinvestimentos da Petrobras para antecipar a sua produção no Brasil. A companhia fechou contrato com a estatal brasileira para comprar Baúna, no pós-sal de Santos, localizado próximo das áreas de Neon e Goiá, descobertas pela australiana no litoral paulista.

Com isso, a empresa pretende antecipar sua geração de caixa no mercado brasileiro, enquanto ainda tenta viabilizar o desenvolvimento, do zero, do projeto de produção das duas descobertas.

A Karoon assumirá, com Baúna, uma produção de cerca de 20 mil BOE/dia, mas tem planos de elevar o volume para 33 mil BOE/dia em 2022, a partir de intervenção de poços e desenvolvimento de um novo reservatório.

Com a estreia da Karoon, Petronas, Trident Energy e 3R Petroleum, o número de produtores de petróleo e gás no Brasil pode alcançar o patamar de 55 empresas, segundo a lista da ANP de produtoras ativas ao longo de 2019.

O programa de venda de ativos da Petrobras atraiu não só novos entrantes, também serviu para reforçar a presença de petroleiras que já atuavam no país. Empresas como a Equinor, PetroRio, Petrorecôncavo, Imetame e Central Resources ampliaram a sua presença no mercado brasileiro, com a aquisição de ativos da estatal brasileira.

Por sua vez, a francesa Total, que já atuava no Brasil, como sócia minoritária da Petrobras, garantiu, com a compra do campo de Lapa, na Bacia de Santos, a sua estreia como operadora (líder de consórcio) no pré-sal.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/12/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Voltalia investirá R\$ 1 bi em novas usinas no país**

Um dos principais vencedores dos leilões de energia de 2019, o grupo francês Voltalia prevê investir R\$ 1 bilhão no Brasil nos próximos anos. Os recursos são destinados à construção de empreendimentos de geração de energia eólica, solar e hidrelétrica que já estão contratados e levarão a companhia a atingir 1 gigawatt (GW) de capacidade instalada no país.

A empresa possui hoje 483 megawatts (MW) em operação no Brasil. Dois parques eólicos, Ventos Serra do Mel 1 e 2 (VSM1 e VSM2), no Rio Grande do Norte, estão em fase final de implantação e deverão entrar em operação comercial no fim do primeiro semestre de 2020. Com relação aos projetos vencedores dos leilões de 2019, a companhia vai construir algo entre 250 MW e 300 MW. Com a conclusão desses empreendimentos, o grupo terá alcançado R\$ 4 bilhões investidos no Brasil.

Além disso, o grupo tem em carteira cerca de 3 GW de projetos que podem ser viabilizados conforme surjam oportunidades comerciais, via leilões de contratação regulada ou no mercado livre de energia. Outro modelo de negócios utilizado pela Voltalia é a venda dos projetos para outras empresas interessadas em implementá-los.

“A grande vantagem é que, antes de tudo, somos um desenvolvedor de projetos. Somos um desenvolvedor integrado. Há poucas empresas com essa característica”, afirmou o presidente da Voltalia no Brasil, Robert Klein. “Então, conseguimos fazer um mix e nos adaptar em função do mercado, razão pela qual temos ambição para 2020. Nós temos matéria-prima, que são os projetos. Estamos enxergando oportunidades nos leilões e no mercado livre.”

Segundo o executivo, o Brasil permanecerá sendo a principal operação global do grupo francês, que registrou faturamento mundial de € 181 milhões (o equivalente a aproximadamente R\$ 820 milhões) em 2018. Mesmo com o crescimento rápido das atividades da empresa francesa em outros países, principalmente na Europa, o Brasil continuará respondendo por mais da metade da capacidade instalada da companhia em 2023.

Para o financiamento de seus empreendimentos no país, a companhia enxerga opções no BNDES, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e no mercado de capitais, por meio do lançamento de debêntures de infraestrutura.

Em outra frente, a Voltalia também pretende concluir no primeiro semestre de 2020 a construção de um centro operacional, em Mossoró (RN). Na unidade, a empresa poderá monitorar todas as suas usinas ao redor do mundo, além de realizar atividades de operação e manutenção para projetos próprios e de terceiros.

Pioneira na estratégia de elaborar projetos “híbridos”, que mesclam contratos nos mercados regulado (via leilões) e livre, em 2017, a companhia também utilizou criatividade para vencer outra barreira: a conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN). A companhia desenvolveu o conceito de “clusters” formados por um grande potencial de geração eólica e solar e construiu uma linha de transmissão para ligar a região à rede elétrica do país.

Os parques VSM1 e VSM2, por exemplo, fazem parte do cluster Serra Branca (RN), com capacidade potencial de 2,4 GW, de projetos da Voltalia ou vendidos para parceiros. Após a conclusão dos dois empreendimentos, a companhia francesa terá 600 MW na região. Nos projetos vencedores dos leilões de 2019, a empresa abriu novas frentes, em Minas Gerais e na Bahia.

Klein destaca ainda a relevância dos projetos para o desenvolvimento econômico e social das áreas em que eles são construídos. “Não é apenas investimento, é um investimento que faça sentido”. Segundo ele, a estratégia da companhia é baseada em três pilares: viabilidade econômica, ambiental e social. “Não podemos ignorar o desenvolvimento local do Nordeste”, completou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/12/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras e Bolívia fecham acordo para gás

A Petrobras e a boliviana YPFB fecharam um acordo de transição, enquanto ainda discutem os termos finais da extensão do contrato de importação de gás do país vizinho, que se encerra amanhã. Ao mesmo tempo em que negocia um novo acordo para os próximos anos, a petroleira brasileira garantiu o monopólio do uso do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) por mais um ano, confirmando a sua

posição de agente dominante, em meio a expectativas de abertura do mercado brasileiro.

A YPFB informou que o acordo de transição garante a entrega do gás à Petrobras por mais 70 dias, até 10 de março de 2020. Até lá, a expectativa é que as partes já tenham fechado um acordo para os próximos anos. As duas partes negociam neste momento a assinatura de um aditivo para que a Petrobras retire os volumes originalmente contratados, mas não retirados ao longo dos últimos 20 anos. A ideia é que a estatal brasileira feche um novo contrato de longo prazo com a YPFB só a partir da retirada integral desse volume residual - de 0,04 trilhões de pés cúbicos, o que pode levar até três anos para ser consumido.

De acordo com os termos da transição, segundo a YPFB, a Bolívia se compromete a exportar até 19,25 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia) ao Brasil até março, um volume abaixo da média histórica - entre 2016 e 2018, por exemplo, foram importados, na média, 25 milhões de m³ /dia. O contrato vigente permite a compra de 30 milhões de m³ /dia.

A Petrobras poderá recorrer a volumes adicionais. Nesse caso, as cargas extras serão abatidas dos volumes residuais ainda não retirados pela brasileira nos últimos 20 anos. Ainda segundo o acordo de transição, a YPFB não poderá ser multada, caso não entregue os volumes previstos.

Com os avanços na negociação com a Bolívia, a Petrobras manteve sua posição hegemônica no mercado brasileiro. Havia a expectativa de que novos agentes conseguissem viabilizar a importação da Bolívia e iniciarem a concorrência. Ao fim do processo de chamada pública para contratação da capacidade do Gasbol, pela transportadora TBG, porém, manteve-se o “status quo” do mercado brasileiro. Pelo menos por mais um ano.

A Petrobras contratou, sozinha, toda a capacidade do Gasbol para 2020, mas a partir de 2021 reduzirá o patamar e abrirá capacidade para outras empresas. A estatal solicitou, para o ano que vem, a contratação de todos os 18 milhões de m³ /dia disponibilizados pela TBG. Para 2021, contudo, a capacidade de entrada contratada pela empresa ficará em 8 milhões de m³ /dia.

A chamada pública do Gasbol despertou, ao longo do ano, grande expectativa em torno da abertura do mercado brasileiro. Esperava-se que outras empresas aproveitassem a oportunidade para estreitar como supridoras de gás no Brasil, mas, no fim, a Petrobras foi a única a conseguir avançar com as propostas finais. Segundo fontes que acompanhavam a chamada, empresas como Total e Shell chegaram a tentar assinar contratos com as distribuidoras estaduais, mas pesaram a instabilidade política na Bolívia e incertezas regulatórias no Brasil

(como a falta de regulamentação sobre o livre acesso às unidades de processamento e terminais de importação de gás natural liquefeito, por exemplo).

A esperada abertura do mercado brasileiro de gás fica, assim, para um segundo momento. No ano que vem, a TBG voltará a fazer uma nova chamada para contratar a capacidade do Gasbol.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/12/2019

Seção: Opinião

Autor: Adair Turner

Título: Negociando em um mundo em chamas

A década de 2010 talvez seja lembrada como os anos em que a luta contra a mudança climática danosa foi perdida. Em 2015, na conferência do clima CoP-21 em Paris, 196 países concordaram em limitar o aquecimento global a níveis bem inferiores a 2°C acima dos níveis pré-industriais. Mas as emissões mundiais de gases-estufa continuaram a aumentar, as concentrações de dióxido de carbono na atmosfera estão em seus níveis mais elevados dos últimos 800 mil anos e as políticas atuais deverão resultar num aquecimento de cerca de 3°C até 2100. Além disso, as recentes negociações da CoP-25 em Madri terminaram em fracasso, com os governos brigando sobre o valor e a alocação dos “créditos de carbono” remanescentes de um regime anterior de política climática desacreditado.

Ao mesmo tempo, no entanto, o assombroso progresso tecnológico obtido durante a década de 2010 possibilita reduzir as emissões de gases-estufa a um custo muito mais baixo do que ousaríamos esperar dez anos atrás. Os custos da energia solar e eólica caíram mais que 80% e 70%, respectivamente, enquanto os custos das baterias de íons de lítio recuaram a partir dos US\$ 1.000 por quilowatt-hora [kWh] de 2010 para US\$ 160 por kWh atualmente.

A velocidade com a qual a China reduzirá suas emissões de CO₂, equivalentes a 30% do total global, é decisiva. Se ela não o fizer drasticamente, a possibilidade de a Europa reduzi-las em 80% ou em 100% terá impacto desprezível sobre a taxa de aquecimento global

Esses e outros avanços revolucionários garantem que sistemas energéticos que dependem, em nada menos que 85% de renováveis diversos possam produzir

energia elétrica com emissão zero de gases do efeito-estufa a custos totalmente competitivos com os dos sistemas à base de combustíveis fósseis.

Além disso, ficou claro agora que mesmo os setores da economia “mais difíceis de se curvar”, como a indústria pesada (que inclui aço, cimento e produtos químicos) e a de transporte de longa distância (por terra, mar e ar), podem ser descarbonizados a custos que, embora significativos para cada companhia considerada em si, são insignificantes em termos do impacto sobre os padrões de vida da população.

Em maio de 2019, a Comissão de Mudança Climática do Reino Unido estimou que conquistar uma economia britânica de emissão zero de gases do efeito-estufa até 2050 reduziria o PIB naquele ano em não mais que 1% a 2%. Nos idos de 2008, a mesma comissão, que eu presidia na época, tinha estimado custo semelhante para alcançar apenas uma redução de 80% nas emissões.

A redução dos custos de descarbonização e a crescente conscientização dos riscos climáticos, por sua vez, desencadearam um foco crescente na possibilidade e necessidade de cumprir a meta de emissões zero até 2050. Em julho, o Reino Unido assumiu um compromisso legalmente vinculante de realizar esse objetivo, e a União Europeia aceitou essa mesma meta no começo deste mês. Além disso, a Maersk, a maior empresa de transporte marítimo de contêineres do mundo, a siderúrgica sueca SSAB e a empresa indiana de cimento Dalmia estão entre o crescente número de grandes empresas comprometidas a se tornar de emissão zero de gases do efeito-estufa até 2050 ou antes.

Para concretizar o objetivo climático do acordo de Paris, todas as economias desenvolvidas têm de se tornar zero em emissões de carbono até por volta de meados do século, e poderão fazer isso a um custo mínimo para os padrões de vida. E esses esforços têm também de incluir a China.

Atualmente, a China tenta negociar em conferências sobre mudança climática na qualidade de um “país em desenvolvimento”, em vista de seu atual PIB per capita (em termos de paridade de poder de compra) de cerca de US\$ 18 mil, ou aproximadamente 40% do da média da União Europeia (UE). Mas a ambição declarada do governo é que a China se torne “uma economia rica plenamente desenvolvida” até 2050, com um PIB per capita maior do que o de qualquer país europeu atualmente.

A velocidade com a qual a China reduzirá as emissões é, portanto, decisiva. O país responde atualmente por quase 30% das emissões mundiais de CO₂, e suas emissões per capita devem ultrapassar a cifra decrescente da Europa dentro de alguns anos. Portanto, se a China não reduzir drasticamente as emissões até 2050, a possibilidade de a Europa reduzi-las em 80% ou em 100% terá um impacto desprezível sobre a taxa de aquecimento global.

A China deveria ter como objetivo não apenas alcançar uma economia plenamente desenvolvida até 2050 como também uma economia de carbono zero. A obtenção dessa meta exigirá, é claro, enormes investimentos. A produção de energia elétrica necessária para sustentar os padrões de vida chineses cada vez mais elevados e para alcançar a eletrificação generalizada dos transportes, do aquecimento residencial e da indústria poderá aumentar a partir dos 6.700 terawatts-hora (TWh) atuais para a faixa de 14 mil a 15 mil TWh até 2050. Isso implica a triplicação dos investimentos anuais em energia eólica e solar a fim de aumentar a capacidade renovável para quase 5 mil gigawatts (GW) até 2050, juntamente com os 230 GW de energia nuclear.

Mas, como destaca o recente relatório da Comissão de Transições Energéticas [o órgão multissetorial que reúne empresas e organizações da sociedade civil de países desenvolvidos e em desenvolvimento], mesmo esse enorme aumento de capacidade, somado ao investimento adicional em transmissão, distribuição e armazenamento de energia, exigiria um aumento total dos investimentos chineses de menos de 1% do PIB - e isso num país que poupa e investe mais de 40% do PIB. No mesmo sentido, o impacto total sobre o PIB da China em 2050, e portanto sobre os padrões de vida do consumidor, seria do igualmente baixo 1% - e, potencialmente, de muito menos, porque o compromisso de emissão zero de gases do efeito-estufa estimulará o avanço tecnológico e melhorará a produtividade.

As economias desenvolvidas, mais a China, em desenvolvimento acelerado, deveriam, portanto, se comprometer unilateralmente com a obtenção das emissões zero até 2050, confiantes de que o custo para as suas economias será muito pequeno. As economias emergentes deveriam se comprometer em alcançar a mesma meta dez anos depois, confiantes de que os avanços tecnológicos envolvidos na redução das emissões nos países desenvolvidos reduzirão os custos da descarbonização com o passar do tempo.

Além disso, tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento deveriam focar na questão de importância mundial que a Agência Internacional

de Energia (AIE) destacou em seu mais recente Panorama Energético Mundial: como desencadear maciços investimentos em energia elétrica renovável em economias de baixa renda. Isso diz respeito, especialmente, à África, um continente dotado dos melhores recursos solares do mundo, mas que explora, atualmente, menos de 1% de sua capacidade solar fotovoltaica.

Se a CoP-26 do ano que vem conseguir responder com êxito a essas grandes oportunidades e desafios, a década de 2020 poderá ser o período em que começaremos a sair vencedores na luta da mudança climática. (Tradução de Rachel Warszawski)

Adair Turner é presidente da Comissão de Transições Energéticas, foi presidente do Departamento de Serviços Financeiros do Reino Unido de 2008 a 2012. Seu livro mais recente é “Between Debt and the Devil”. Copyright: Project Syndicate, 2019.

www.project-syndicate.org

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/12/2019

Seção: Fovest

Autor:

Título: Consumidor pode pagar menos por luz fora de pico

BRASÍLIA | AGÊNCIA BRASIL- A tarifa branca de energia, que pode reduzir a conta de luz de quem consome fora dos horários de pico, estará disponível para todos consumidores residenciais a partir de 1º de janeiro. A única exceção são famílias de baixa renda, que já pagam menos na conta de luz.

Até agora, o sistema era oferecido apenas a quem consumia mais de 250 kWh (quilowatts-hora) por mês.

Na tarifa branca, existem três faixas de preço de energia: o horário de ponta (tarifa vermelha), entre o fim da tarde e o início da noite; a faixa intermediária (amarela), uma hora antes e uma hora depois do horário de ponta, e o horário fora de ponta (verde), com custo mais baixo no restante do dia.

Nos fins de semana e nos feriados nacionais, a tarifa sempre será cobrada pelo valor mais barato. Esse modelo de tarifação é aplicado em países como Canadá, Austrália, Itália, França e Reino Unido.

Para aderir à tarifa branca, o consumidor precisará fazer o pedido à concessionária, que instalará um novo medidor de energia capaz de registrar o consumo nas diferentes faixas horárias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/12/2019

Seção: Especial

Autor: Matheus Moreira

Título: Presidente do Ibama autoriza desmate da mata atlântica

Eduardo Bim ignorou manifestação de área técnica e deu aval para construção de hidrelétrica no Paraná

São Paulo- Eduardo Fortunato Bim, presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), autorizou a empresa Tibagi Energia a desmatar 14 hectares de mata atlântica para avançar na construção de uma usina hidrelétrica na margem do rio Tibagi, no Paraná.

A empresa já havia iniciado as obras e o desmate mesmo sem ter autorização. Agora, Eduardo Bim determinou compensação ambiental de 28 hectares.

Segundo revelou o jornal O Globo, o pedido da empresa chegou a Bim por meio de recurso da própria Tibagi Energia que, desde o fim de 2018, tentava obter a autorização. O pedido havia sido negado duas vezes após pareceres técnicos do Ibama indicarem que a área deveria ser protegida.

A compensação ambiental é praxe em casos como esse, segundo funcionários do Ibama ouvidos pela Folha, porém não compensará outros 150 hectares inundados por conta da represa da nova usina hidrelétrica.

Duas normativas estaduais utilizadas para fundamentar a negação do pedido foram incluídas nos dois pareceres produzidos pela área técnica do Ibama com auxílio de estudos e pesquisadores.

Em nota enviada à reportagem, o Ministério do Meio Ambiente afirma que a decisão de Bim diz que as normativas foram “equacionadas, demonstrando que não há impedimentos para a supressão vegetal necessária para instalação do empreendimento”.

De acordo com os funcionários do Ibama, as duas normativas foram alteradas alguns dias após a divulgação dos pareceres que negava à Tibagi Energia a autorização para desmatar, beneficiando a empresa.

A autorização concedida por Bim indignou servidores do Ibama no estado. Eles afirmam que horas de trabalho e estudo foram ignoradas com o que definiram como “canetada”. Dois servidores, que não quiseram se identificar, afirmam não terem o que fazer a respeito e dizem temer represálias do presidente do órgão.

A superintendência do Iba-mano Paraná acatou os pareceres da área técnica.

Uma das razões pelas quais a área técnica do Ibama negou o licenciamento requerido pela empresa foi a presença de uma subespécie de pequi-anão no local, que estaria ameaçada de extinção. Entretanto, a espécie não consta na lista de flora ameaçada de extinção, segundo comunicado do Ministério do Meio Ambiente.

Para os funcionários do Iba-ma, entretanto, a subespécie encontrada no local deveria ser preservada.

Além disso, ao tentar obter a autorização, a empresa não informou ao órgão estadual IAP (Instituto Ambiental do Paraná) sobre a presença de relictos de cerrado no local — pequenos trechos de fauna e flora típicas do cerrado —, suprimindo informações.

Servidores do Ibama apontam que, após negarem o pedido à Tibagi Energia e relatarem a presença dos relictos de Cerrado no local, a empresa incluiu as informações no recurso que chegou à presidência do Ibama.

O licenciamento da obra, neste caso, é de responsabilidade do órgão estadual, o IAP. No entanto, devido a área de interesse ser de mata atlântica e, também, aos recursos da empresa, coube a Eduardo Bim dar a palavra final.

Procurada, a Tibagi Energia não respondeu aos questionamentos da reportagem.

A mata atlântica, bioma mais destruído do país, do qual só restam 12%, já esteve em evidência neste mês. No dia 19, o presidente Jair Bolsonaro anunciou um parecer jurídico da AGU (Advocacia-Geral da União) que permite que agricultores com as chamadas propriedades consolidadas (locais desmatados e ocupados) até julho de 2008 voltem a produzir na região da mata atlântica.

O documento permitirá ainda que aqueles que foram penalizados por cultivo nessas áreas possam ter suas multas canceladas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 30/12/2019****Seção: Mercado****Autor: Eduardo Cucolo e Alexa Salomão****Título: Não existe isso de ser liberal na economia e intolerante nos costumes**

Entrevista da 2a.: Elena Landau

Para economista que atuou nas privatizações de FHC, liberalismo é progressista, respeita direito LGBT e debate liberação da maconha

São Paulo- A economista e advogada Elena Landau, uma das responsáveis pelo programa de privatizações dos governos Itamar Franco e FHC, em meados da década de 1990, diz que o governo atual não tem obtido grandes avanços que possam ser considerados uma agenda verdadeiramente liberal na área econômica.

Afirma também que, no caso da gestão Jair Bolsonaro, aquilo que se chama de conservadorismo em termos de costumes se trata, na realidade, de retrocesso civilizatório. Em entrevista à Folha, ela afirma ainda que o programa de privatizações do Ministério da Economia está sem rumo.

*

Há hoje uma discussão sobre o que é liberalismo, se o governo atual é liberal, se o governo FHC, do qual você participou, era neoliberal ou social-democrata. O ministro Paulo Guedes (Economia) afirma que este é o primeiro governo liberal depois de 30 anos de social-democracia. Afinal, o que é liberalismo?

Eu sempre uso a definição do Vargas Llosa: é uma questão da atitude. A atitude liberal é de tolerância e de diálogo.

Muitas correntes hoje são tratadas como liberais e não têm nenhuma atitude liberal. Não permitem que você pense diferente de seus integrantes. Se você acredita que o Estado tem funções, que há falhas de mercado ou fala em mobilidade social, você é considerado de esquerda. Eles são dogmáticos. Isso não é liberalismo. Um liberal é tudo menos dogmático. Essa briguinha é coisa de adolescente.

Me diga: o que seria equivalente, no governo de hoje, a colocar de uma só vez na linha da privatização o Sistema Telebras, o Sistema Eletrobras e a Vale?

Eu quero que o Guedes me responda se isso é social-democracia ou se é liberalismo. Eu tenho certeza de que sou liberal. Tenho certeza de que o presidente Fernando Henrique é uma pessoa liberal.

Tem gente chamando o ex-presidente FHC de comunista.

A equipe econômica do Fernando Henrique era muito liberal. O Fernando Henrique é um liberal clássico. Ele tem uma formação de centro-esquerda. Qual o problema?

Liberais são progressistas. Essa ideia de que não há progressismo no liberalismo é absurda. O desfavor que esse grupo liberal de direita, alguns “liberminions”, que apoiam o governo Bolsonaro acima de qualquer coisa, não entendem que o liberalismo clássico era progressista. Quem inventou Imposto de Renda negativo, quem batalhou pelo voto da mulher? Não tem ninguém que diga que você é ou não um liberal avaliando se você é a favor ou contra posse de arma.

As pessoas acham que falar sobre desigualdade, mobilidade social, identidade de gênero, é coisa de comunista. Isso ocorre porque as pessoas não conhecem o liberalismo clássico. Olham para a agenda econômica e acham que aquilo é o suficiente. O Livres, não.

O ministro Paulo Guedes [Economia] costuma dizer que o governo atual é liberal na economia e conservador nos costumes. Existe essa diferença?

Não há possibilidade de ser um liberal se você não respeita identidade de gênero, se você não respeita religiões, se você quer calar a cultura, como se está fazendo. Apalavra “conservador” é mal utilizada.

Esse governo não tem nada de conservador. Agente está usando conservador como sinônimo de obscurantismo, retrocesso civilizatório. Você não pode dizer que é conservador um cara que defende e elogia um torturador. Isso não é conservadorismo. Isso é absurdo.

E como está a posição liberal na economia, então? Para muitos, o Brasil avançou nessa questão. Qual é a sua opinião?

Não acho que agente tenha tido grandes avanços assim no que se refere a uma economia liberal. Não posso duvidar de que o ministro tem uma pauta e um pensamento liberal, mas, na prática, ainda falta muita coisa para fazer. Até agora, a gente fez a reforma da Previdência. E o que mais?

Cadê a abertura comercial, a grande privatização, a grande reforma do Estado, a liberação das poupanças compulsórias do trabalhador? Cadê o fim do Sistema S

e das desonerações prometidas? Não fui eu quem prometi acabar com essas coisas todas. Eles ganharam a campanha com essa promessa. Então, cumpram.

Você participou das grandes privatizações no governo FHC. Como você avalia o atual programa de desestatização?

Não adianta dizer que o Salim [Mattar, secretário de Desestatização do Ministério da Economia] vai privatizar se ele não tem poder para privatizar. Os presidentes das estatais, por decisões empresariais, indicam de qual subsidiária, de qual participação vão se desfazer e como vão se desfazer. É decisão individual. Você vende a BR Distribuidora, e o recurso recebido vai para o caixa da Petrobras. Não vai para o caixa da União. Não é o que foi prometido.

Você diz que o presidente Bolsonaro é o maior privatizante da história. Aí você fala em Banco do Brasil. Não pode. Petrobras não pode. A Caixa não está pronta. Nem Valec. Nem a TV do Lula. Enquanto a Valec não for privatizada, eu não considero que está tendo programa de privatização. A Eletrobras está no meio e ninguém toma conta dessa privatização. Está sem comando. Não tem rumo.

O Guedes prometeu US\$ 20 bilhões, R\$100 bilhões. Antes do leilão de cessão onerosa, quanto tinha chegado ao Tesouro dos R\$ 96 bilhões que foram para o governo? Foram R\$ 6 bilhões de concessão e de outorga. O resto tinha indo tudo para o caixa das empresas estatais. O dinheiro que entrou da TAG no caixa da Petrobras foi usado para comprar Búzios. Se a Petrobras não tivesse comprado nada, tinha ficado no seu caixa.

Não precisa de lei para vender empresas estatais, exceto as quatro grandes: Petrobras, Banco do Brasil, Caixa e Eletrobras. Então, não vamos dar desculpa de que o Congresso Nacional não está contribuindo.

Falta Casa Civil também. Na minha época, a Casa Civil era fundamental, porque ela representava o presidente da República. Era a Casa Civil que ajudava o BNDES.

O BNDES foi o alvo de questionamentos, passaram o ano procurando uma caixa-preta na instituição e Guedes já falou que, por ele, fechava o BNDES. Qual a sua visão sobre o banco?

Poucas vezes eu concordo com o Guedes. Eu não sei se tem de fechar o BNDES, mas certamente ele tem de diminuir de tamanho, o que passa por uma reforma de RH, de redução de funcionários, de reestruturação do banco e da BNDESPar.

Eu costumava dizer que o BNDES era um banco em busca de uma missão. O [presidente atual, Gustavo] Montezano criou uma função para o BNDES, que é virar um banco do investimento, no sentido de estruturar negócios para municípios e estados que precisam desse apoio. Na BNDESPar, ou vende a carteira toda para um banco ou divide ou terceiriza. É ineficiente o desinvestimento através da BNDESPar.

Muitas pessoas têm dito que, se o governo arrumar a economia, o restante vai caminhar bem, e que não tem problema polêmicas causadas em outras áreas, como Ministério da Educação e Funarte. A economia caminha separado do resto da gestão e, se a economia for bem, basta?

Economia ir bem é mais do que obrigação. E não, não basta.

É ótimo que o país melhore. Estamos torcendo para que o Brasil tenha recuperação de crescimento, que volte a ter investimento.

E, do ponto de vista econômico, eu pergunto: é possível fazer o Brasil dar salto de produtividade sem educação? O ministro da Educação está preocupado em olhar o passado. Ele olha os números do Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Alunos, no qual o Brasil costuma ser mal avaliado] e fica falando do PT.

Gente, desapega do PT. Esquece o PT. Se as pessoas quisessem o PT, teriam votado no PT. O PT perdeu as eleições. Eu quero saber do futuro.

Agora, do ponto de vista social, a gente está vendo pelo resto do mundo que não adianta a economia ir bem com a desigualdade piorando.

O ruim da polarização é que o debate está proibido. Então eu gosto de ver que o Livres está incomodando, porque o Livres é um movimento liberal que permite o debate.

Você mencionou várias vezes o Livres. Pode falar sobre sua relação com o movimento e a saída do PSDB?

Eu saí do PSDB por causa da questão do Aécio [Neves, deputado que é réu em ação envolvendo a delação de Joesley Batista, da JScF] e pela questão de titubear na discussão da reforma da Previdência e todas essas reformas que o PSDB defende uma minha época e que agora abandonou. Eu acompanhava o Livres pelo Twitter, tinha dois amigos meus que trabalhavam nesse movimento suprapartidário. Fui conversar com essas pessoas e me convidaram para ir para a fundação do Livres.

Começamos com alguns deputados, a bancada está crescendo. Agente leva discussões como plantio da maconha, desobrigação de serviço militar versus prestação de serviço para comunidade, apoio à questão LGBT. Na economia, a gente passa o dia inteiro falando que não está suficiente. Liberalismo não se resume a economia. No Livres, você vê um movimento liberal progressista ganhando o coração e a adesão de uma juventude.

O Livres tem posição sobre legalização das drogas?

O Milton Friedman, da Universidade de Chicago, era defensor aberto da legalização das drogas. O Livres é a favor da descriminalização, da legalização. Agora saiu a medicinal, e os nossos deputados federais, Tiago Mitraud (Novo-MG) e Marcelo Calero (PPS-RJ), do Livres, entraram com projeto para permitir o plantio, para não ter de depender de indústrias farmacêuticas para usos medicinais. Depois a gente vai do plantio para discussão de uso recreativo. Aos poucos avançamos.

Vira e mexe você é agredida nas redes sociais. Sempre foi difícil ou o ambiente agora é mais agressivo?

No governo do PT, por causa da minha atuação na privatização, diziam que eu vendi o patrimônio público. Eu simplesmente bloqueava. Umas três vezes, eu fechei minha conta e comecei do zero, jurando que ia ter conta fechada para não entrar em polêmica. Chega uma hora, porém, vem a pergunta: qual a graça de ter uma conta fechada?

Mas agora é muito pior do que no tempo do PT. A agressão, abaixaria, o nível e o tom da agressividade, as palavras usadas, tudo tem outro padrão. E não é só robô. Eu devo ter bloqueado mais de mil contas. Botou petralha ou tucanália na minha tela, é bloqueado. O mais novo xingamento que eu recebo é de ser “isento na”, virou um xingamento hoje em dia. Eu sou agredida pelos dois grupos.

Você está otimista para 2020? Será que agora a economia vai?

Temos uma retomada cíclica. Já tem gente falando em 3%. O problema é quanto disso vai se refletir em emprego formal, em emprego de qualidade, em aumento de produtividade, infraestrutura, se de fato a gente vai ter uma virada na educação. Você pode ser oposição, pode não gostar do governo, mas a obrigação é torcer para dar certo.

Elena Landau, 61

Economista e advogada, é presidente do Centro Acadêmico do Livres, movimento que defende o liberalismo na economia e nos costumes criado em 2015. O grupo chegou a ser parte do PSL, mas deixou o partido após a filiação de Jair Bolsonaro. Foi diretora de desestatização do BNDES de 1994 a 1996. Em 2017, deixou o PSDB depois de 25 anos filiada ao partido

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Um gás para Jeanine

O governo da presidente interina autoproclamada da Bolívia, Jeanine Áñez, não esconde a satisfação com as bases do acordo com a Petrobras assinado, sexta, sobre o fornecimento de gás ao Brasil.

É que, ao contrário das expectativas do mercado brasileiro, o preço do gás boliviano não caiu. É bem verdade que esse acordo vale somente por 70 dias, até que se decida o imbróglio político de “los hermanos” com a saída de Evo Morales.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/12/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Legado de Evo Morales é desastroso em obras e nas empresas estatais

Dos sete aeroportos construídos, só dois têm uso efetivo; reservas de gás foram superestimadas

A Bolívia iniciou a exumação do legado do ex-presidente Evo Morales. Ele renunciou em outubro, sob pressão popular contra uma fraude eleitoral da qual seria beneficiário, depois de 13 anos, nove meses e 18 dias de governo.

Das auditorias em andamento sobressai o retrato de um governo sem transparência com o dinheiro público. Isso se reflete nos resultados das 28 estatais. Os bolivianos estão descobrindo que 57% dessas empresas encobriam altos déficits.

Algumas existiam apenas para pagar salários e despesas ordenadas pelo partido do governo, o Movimento ao Socialismo (MAS).

É o caso da responsável pelo desenvolvimento industrial de derivados de petróleo. Gastou 369.005, 8% mais do que recebeu entre janeiro e outubro.

Na área ferroviária o déficit operacional foi de 1.173,7% em dez meses. Na rede pública de televisão, que transmitia partidas de futebol jogadas por Morales, gastavam-se dez para cada dólar faturado. Já a empresa de telecomunicações (Entel) perdeu US\$ 250 milhões em 13 anos por manipulação do caixa em contratos que beneficiavam o MAS.

Antes da renúncia do presidente, em meio ao conflito desatado pela fraude eleitoral, no qual morreram duas dezenas de pessoas, o Banco Central entregou US\$ 75 milhões a cinco estatais, em operações suspeitas agora sob investigação.

O governo Morales foi pródigo em obras. Construiu sete aeroportos, dos quais somente dois têm uso efetivo. Investiu cerca de US\$ 10 bilhões durante 13 anos em estradas. Auditorias recentes mostram que 75% dessas vias apresentam “deficiências severas” por causa de projetos ruins e má gestão no processo de construção. Somente 25% das estradas construídas apresentam “razoável qualidade”.

É provável que nenhum outro dano derivado da incúria com o dinheiro público seja mais nefasto à Bolívia do que a má gestão na estatal de petróleo, a YPFB.

Descobriu-se que o país não conta com as reservas de gás natural que o governo anunciava (10,7 trilhões de pés cúbicos). Seriam 30% menores, conforme suspeitas que motivaram análise específica prevista para terminar em março. A empresa abriu 14 poços em busca de petróleo e só encontrou água. Está promovendo um censo para saber exatamente quantos empregados tem (as estimativas variam de seis mil a dez mil pessoas). A única certeza sobre a YPFB é que está à beira da insolvência, segundo a própria diretoria.

É a parte que já se tornou visível do legado de Evo Morales.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/12/2019

Seção: Especial

Autor: ANA LUCIA AZEVEDO

Título: Meio ambiente teve o pior ano de sua História no Brasil

País sofreu com desastre da Vale em Brumadinho, desmatamento da Amazônia, óleo no Nordeste e fogo no Pantanal

Para o meio ambiente, 2019 ficará marcado na História como o ano em que o Brasil trocou o verde e amarelo das florestas e o azul e branco dos mares pelo

marrom da lama de Brumadinho, o cinza das queimadas na Amazônia e no Pantanal e o preto do óleo que cobriu as praias do Nordeste e parte do Sudeste. Nenhum outro ano registrou tamanha sucessão de desastres ambientais no país.

A barragem de Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho (MG), rompeu em 25 de janeiro, arrasou o Rio Paraopeba e amplificou em perdas de vidas humanas a tragédia de Mariana, em 2015. Há 270 mortos, destes 13 permanecem desaparecidos.

A partir de maio, o desmatamento da Amazônia aumentou sem controle. O mundo viu o resultado nas chamas das queimadas, cuja fuligem escureceu o céu de São Paulo em agosto, e nos números oficiais do Inpe. O instituto detectou o maior índice de devastação da floresta das últimas duas décadas — um avanço de 29,5%, em apenas um ano, atingindo 9.762 km².

Agosto também viu chegar o óleo nas praias da Paraíba. Em dezembro, ainda havia registros. No maior desastre em extensão com óleo do país, todo o Nordeste, Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro foram atingidos. Mais de 3 mil quilômetros de litoral foram afetados.

No segundo semestre, enquanto o óleo poluía o litoral nordestino, outro patrimônio natural brasileiro, o Pantanal, ardia em chamas. O bioma registrou o maior número de focos de fogo (9.997) dos últimos 14 anos, um aumento de 492% em relação a 2018, segundo o Inpe.

E 2019 deixa para 2020 sua herança maldita. Brumadinho, como Mariana, permanece impune. A devastação continua nas alturas na Amazônia. A derrubada da floresta entre agosto e novembro, que não foi incluída no último levantamento do Inpe, foi 100% maior do que no mesmo período de 2018. O óleo continua um mistério, e o país ainda não definiu um plano de contingência para desastres desse tipo. O ano é novo. Mas já nasce com problemas velhos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Demétrio Magnoli

Título: Três perguntas sobre o clima

Greta Thunberg, 17 anos daqui a quatro dias, personalidade do ano da revista “Time”, tem diversas certezas e nenhuma dúvida. Daí, seu sucesso na era das redes sociais e a esterilidade política de seus alertas dramáticos. A dinâmica do clima global é bastante complexa, mas menos que a intersecção entre ciência e

política na qual se inscrevem as iniciativas destinadas a enfrentar as mudanças climáticas.

A ciência do clima sabe o suficiente para acender a luz de alarme vermelho. Dos 20 anos mais quentes do registro histórico, 19 ocorreram desde 2000. A temperatura média global já subiu 1,1 grau desde a era pré-industrial e aproxima-se dos níveis atingidos há mil anos, quando os vikings aportaram num litoral da Groenlândia pontilhado de árvores. Na nossa Era de Estufa, a concentração de CO₂ na atmosfera chegou aos patamares de cem mil anos atrás, no último interglacial, quando as temperaturas globais eram 3 graus superiores às atuais e partes da Antártida suportavam florestas.

O objetivo estabelecido em Paris, em 2015, de limitar o aquecimento global a 1,5 grau até 2100 já é considerado quase inviável e até a meta secundária, de conter o aquecimento a 2 graus, parece improvável. Os níveis médios do mar encontram-se no máximo desde o início das mensurações por satélite, em 1993. No ritmo atual, a Terra aquecerá cerca de 3 graus até o fim do século, o que provocaria elevação de meio metro no nível dos oceanos, impondo o abandono de dezenas de metrópoles costeiras.

O teorema científico que sustenta a necessidade de iniciativas drásticas está comprovado. Contudo, eis a primeira pergunta: será a ciência capaz de orientar a política das nações num domínio tão delicado quanto a transição energética? A julgar por Trump, Bolsonaro, Salles e terraplanistas em geral, a resposta é um sonoro “não”. Mas mesmo a União Europeia avança junto com a Rússia na construção do gasoduto Nord Stream 2, que dobrará o fornecimento de gás russo à Europa.

Os obstáculos tecnológicos à transição energética foram superados. Os custos de baterias elétricas para automóveis caíram espetacularmente. O preço da energia solar reduziu-se em 75% desde 2010 e o da energia eólica, em 35%. As fontes de energia renováveis tornaram-se competitivas. Entretanto, as forças econômicas inerciais sabotam a mudança: segundo as projeções correntes, a tríade petróleo/ gás/carvão ainda representará três quartos da matriz energética mundial em 2040. Daí, emerge a segunda pergunta: as economias de mercado serão capazes de promover a vasta intervenção estatal necessária para romper a inércia?

A aceleração da transição energética depende de cortes profundos dos subsídios ocultos que sustentam a hegemonia da economia do carbono. O desvio rumo às fontes renováveis solicita a aplicação de pesados tributos sobre o petróleo e o fechamento em massa de termelétricas a carvão. Os governos precisariam confrontar interesses econômicos poderosos, além de resistências populares.

Na França, a revolta dos “coletes amarelos” foi deflagrada por uma “taxa verde” sobre a gasolina e o diesel que Emmanuel Macron tentou impor. No Equador, no Irã, no Iraque e em outros países, massas de manifestantes tomaram as ruas diante de aumentos nos preços dos combustíveis. Não são apenas as elites que protegem a herança econômica do carbono, sobre a qual ergueram-se as sociedades industriais.

Desde a Rio-92, as emissões globais de CO2 aumentaram em 60%, enquanto o pêndulo da economia mundial deslocava-se para a Ásia. A China responde, hoje, por 29% das emissões globais de CO2, contra 16% dos EUA, cerca de 8% da União Europeia e 7% da Índia. No plano geopolítico, a transição energética exige uma ação diplomática coordenada das potências ocidentais de amplitude suficiente para moldar as estratégias chinesas e indianas.

Na Guerra Fria, o Ocidente formou uma aliança coesa destinada a conjurar o espectro da URSS. A terceira pergunta é: será possível reproduzir a unidade para enfrentar o desafio do aquecimento global? A ascensão do nacionalismo populista, nos EUA e na Europa, não oferece muitas esperanças.

MME / ASCOM .